

TIMOR-LESTE 1975-1999: DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA, OCUPAÇÃO INDONÉSIA E LUTA ARMADA TIMORENSE

Abílio Pires Lousada

1. Timor-Leste: Processo de Descolonização em Curso

É comum afirmar-se que o processo de descolonização foi o possível atendendo à instabilidade política e à “revolução” social ocorridos em Portugal e aos constrangimentos verificados nos domínios ultramarinos. Trata-se de uma afirmação modelar que aligeira responsabilidades institucionais e individuais, políticas e militares. Durante o período que mediou entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 a preocupação principal das autoridades portuguesas relativamente ao processo de descolonização estava centrada em Angola, onde lavrou uma guerra que envolveu três movimentos de libertação em contradição, que importava sentar à mesa das negociações.

Timor-Leste, ‘parente pobre’ de todo o processo, era uma preocupação menor pois, à semelhança de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Macau, não tinha sido fustigado pelos ventos da guerra e, além disso, estava demasiado longe. Em boa verdade, a descolonização de Timor-Leste não foi planeada e decorreu plasmada nas ondas de choque da conjuntura política de Lisboa.



Mapa orográfico e administrativo de Timor-Leste. Fonte: www.turismotimorleste.com

Quando a mudança de regime em Lisboa chegou ao território timorense e o Governador, Coronel Fernando Alves Aldeia nomeou a Comissão para a Autodeterminação de Timor e informou as populações da autorização de constituição de partidos políticos,

dando seguimento ao Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio, da Junta de Salvação Nacional, os sentimentos verificados denunciavam diferenças significativas: para o timorense em geral, sem consciência política, iletrado e habituado a uma vida de árduo trabalho diário de subsistência, o assunto pouco ou nada lhe interessava; para a reduzida franja de autóctones com consciência intelectual e política e uma vida sustentada no aparelho administrativo ou no latifúndio do território abria-se a janela de oportunidade para um Timor livre capaz de apontar o seu próprio futuro; para os cidadãos aí radicados, portugueses ou malaios (estrangeiros), em comissão de serviço ou para os timorenses assimilados que viviam debaixo do símbolo pátrio da Bandeira Portuguesa, anunciava-se a ruína de Timor¹.

Não deixa de ser espantoso que, pouco mais de um mês decorrido sobre Abril de 1974, no longínquo e despolitizado Timor-Leste estivessem constituídas as formações partidárias que dominariam a cena política local: União Democrática Timorense (UDT), Associação Social Democrática Timorense (ASDT) e Associação Popular Democrática Timorense (APODETI). Partidos que orientaram os seus objectivos em conformidade com percepções sentidas a partir de Lisboa, ou seja, autonomia alargada na óptica de uma Federação Portuguesa multirracial e pluricontinental (UDT) passível de evoluir para uma independência a prazo, independência total e imediata (ASDT) e integração na Indonésia (APODETI).

Não havendo uma guerra que fundamentasse movimentos de libertação ou frentes revolucionárias, mal se compreendendo a necessidade imediata de tornar o território independente e não fazendo sentido a sua integração forçada na Indonésia onde as afinidades históricas e culturais não existiam, a pressa em descolonizar indiciava, através de três partidos em clara oposição programática, problemas futuros até então politicamente inexistentes. Mais ainda quando um conjunto de estudantes da Casa de Timor, em Lisboa, chegam ao território imbuídos de fervor revolucionário e integram a ASDT. Alterou-se, então, a designação para Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), isto é, Timor-Leste passava a ter um partido de cariz revolucionário típico dos movimentos de libertação da África Portuguesa, um contra-senso atendendo à especificidade do momento político, e proclamou-se como único representante credível e legítimo do povo timorense.

A pressa em descolonizar o “País dos Belos”, por parte do MFA, fez do Governador Alves Aldeia a primeira vítima. Conotado com o Estado Novo, viu a autoridade minada e foi mandado regressar à metrópole, em Julho de 1974. Demissão que constituiu um passo errático. Alves Aldeia era o homem certo em Timor-Leste, pois conhecia o território, que

¹ Mário Viegas Carrascalão, *Timor Antes do Futuro*, Díli, Mau Hiram Pristing, Setembro de 2006.

percorrer de ponta a ponta, passando pelos lugares mais recônditos, entendia como ninguém a identidade timorense mantendo intactas as especificidades administrativas locais, nomeadamente a importância dos liurais, ia ao encontro dos anseios e das necessidades de um povo com laivos de primitivismo em vários aspectos de quotidiano, tinha disseminado escolas e imposto a obrigatoriedade do ensino primário às crianças e encaminhou a juventude intelectualmente mais apta para universidades portuguesas e garantia a segurança e a estabilidade internas comandando com autoridade as forças militares ao seu dispor.

Vago o cargo de governador, o Tenente-Coronel Nívio Herdade recusou assumir o exercício do cargo por descrer do processo de descolonização. Manteve-se como Comandante Militar e foi nomeado Encarregado de Governo numa situação transitória, sentindo o exercício das suas funções ‘minadas’ pela ingerência do delegado do MFA em Timor, Major Arnão Metelo (à semelhança da campanha feita contra o Governador Alves Aldeia). E, assim, atendendo ao relativo vazio de poder existente, a acção partidária timorense desregulou-se na forma de fazer política e adoptaram-se conteúdos e palavras de ordem potencialmente perigosos numa região onde grandes poderes como a Indonésia e a Austrália velavam.

No meio desta situação, as forças militares portuguesas que tinham o dever de manter uma postura apartidária, a missão de zelar pela boa ordem da actividade política e serem os fiéis guardiães da descolonização entraram em derrapagem institucional. Entretanto, em 19/21 de Outubro de 1974, Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, aterrou em Timor-Leste disposto a medir sensibilidades locais e a apontar um rumo. Depois da extemporânea e ambígua declaração anterior de que “*Timor, digamos que é um transatlântico imóvel, que nos custa muito dinheiro*” (Expresso, 3 de Agosto de 1974), foi entusiasticamente recebido por uma população que enfatizou “*mas porque é que nos perguntam se queremos ser portugueses? Nós já nascemos portugueses e ninguém quer outra coisa*”.

A substituição de Spínola por Costa Gomes na Presidência da República Portuguesa (28 de Setembro) anulava definitivamente a manutenção do *status quo* para Timor-Leste e indicava uma viragem à esquerda, agravada pelo governo “pró-comunista” de Vasco Gonçalves. Por esta altura, Jacarta apelidava a conservadora UDT de Fascista e a revolucionária FRETILIN de comunista e o apoio político e financeiro à APODETI assumiu-se. Lentamente, a vontade do povo timorense era negligenciada, pese embora a manutenção do sofisma assente em proclamações de sentido contrário.

Foi nesta conjuntura que, a 18 de Novembro de 1974, chegou a Timor-Leste o Coronel Mário Lemos Pires, empossado, cinco dias antes, Governador e Comandante-Chefe pelo Presidente da República. Acumulou ainda, por exigência pessoal, as funções de primeiro

representante do MFA para evitar “*sobreposições e hierarquias paralelas a nível político-militar*”². Sabemos que falhou em toda a linha na missão que lhe foi confiada: não garantiu a segurança do território, revelando-se incapaz de travar a deriva da guerra civil; viu-se na contingência de retirar para a ilha de Ataúro, não viabilizando a descolonização; foi obrigado a abandonar o território timorense face à invasão Indonésia. No entanto, a esta distância temporal facilmente se percebe que a tarefa do Governador era ciclópica e estava condenada ao fracasso. O primeiro e mais grave obstáculo foi a sua nomeação tardia, seis meses depois do 25 de Abril, chegando ao território com a situação militar degradada, a política desregulada e com a conjuntura regional a manobrar a favor de uma integração na Indonésia.

Entre as teses federalistas de Spínola, os discursos de políticos que vincavam a inviabilidade de um Timor-Leste independente e a corrente que em Lisboa defendia que o território custava mais do que valia e, portanto, o caminho a seguir era a entrega à Indonésia, Lemos Pires chegou a Díli sem directivas claras quanto aos caminhos que a descolonização devia trilhar, agarrado a algo vago como “quem decide é o povo timorense”. Pior ainda, desde o final de Setembro que o poder de Jacarta tinha assumido a intenção de absorver Timor-Leste, por via diplomática ou, se necessário, com recurso à força militar, contando com a compreensão da Austrália. Faltava o argumento que a ideologia nacionalista-marxista da FRETILIN concedeu a partir de Outubro e o confronto UDT-FRETILIN justificaria. No primeiro caso, o tipo terceiro mundismo político-social promovido pela FRETILIN mantinha-se como um anátema para Jacarta, que ocupou a década anterior a expurgar o País do comunismo.

Portanto, quando Lemos Pires assumiu funções, Timor vivia um esvaziamento de poder, o descrédito da autoridade era evidente e conduziria a uma “psicose de impotência”³ e assistia-se a uma ruptura no tecido social, derivada das contradições entre a hierarquia tradicional e a mobilização polarizadora e colateral das forças políticas estabelecidas. Sem o saber, o destino do território estava traçado: integração na Indonésia, que iria ‘dividir para reinar’.

Mas como o contacto local fez perceber ao governador que a vontade timorense ia no sentido da independência, assumiu a intenção de descolonizar com tempo e em tempo útil, mediante uma postura de diálogo e coordenação com os partidos e em conformidade com a vontade do povo timorense. Para o efeito, apoiou-se na Diretiva N.º 1 do Comando-Chefe das

² Mário Lemos Pires, *Descolonização de Timor. Missão Impossível?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 3.ª Edição, 1994.

³ Fernando Amaro Monteiro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, Porto, Universidade Portucalense, 1993.

Forças Armadas de Timor (aprovada pelo CEMGFA, general Costa Gomes, a 19 de março de 1975)⁴: a Missão do Comando-Chefe consiste em apoiar o Governo na ação de descolonização, garantir a segurança e a paz na ordem interna e contribuir para a segurança da ordem externa. Em conformidade com a Missão Restabelecida, definiu-se o conceito de ação: dar prioridade ou meios de apoio à descolonização; reajustar, incentivar e acionar um eficiente sistema de informações que permitisse agir por antecipação no campo político e militar; estabelecer um dispositivo que garanta um contacto estreito com as populações e, simultaneamente, capacidade de intervenção regional; contribuir para a segurança externa essencialmente através do controlo das fronteiras terrestres e marítimas.

Porém, o Coronel Lemos Pires saiu de Lisboa com o slogan “nem mais um soldado para as colónias” e foi recebido em Díli por soldados que queriam regressar de imediato a Lisboa, para quem descolonizar significava “*o regresso das legiões a Roma*”⁵, onde grassava a indisciplina de unidades metropolitanas, com destaque para a Companhia de Polícia Militar N.º 8250 (finais de Outubro), então designada companhia vermelha pela Indonésia. O objectivo do Governador era claro: descolonizar com tempo, mediante uma postura de diálogo e coordenação com os partidos e em conformidade com a vontade do povo timorense, apoiando-se na componente militar para prover a segurança e a tranquilidade do processo.



Lemos Pires discursa no Palácio do Governo, a 25 de Abril de 1975. Fonte: O século.

⁴ Francisco Riscado e al, *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981.

⁵ Mário Lemos Pires, *Relatório de Comando (período de Nov74 a Dez75)*, Comando Chefe das Forças Armadas de Timor, Março de 1976.

Contrariamente às percepções intermitentes emanadas de negociações ocorridas entre representantes do Governo português e da Indonésia, o contacto local rapidamente fez perceber ao Governador que a vontade timorense ia no sentido da independência. Consequentemente, impunha-se arbitrar com neutralidade o processo de institucionalização dos órgãos políticos até o governo português entregar o poder legítimo ao novo Estado.

Então, contrariando todas as expectativas, em 20 de Janeiro de 1975 a UDT e a FRETILIN coligaram-se sob mediação do governo português em Díli. Os acordos firmados, que colocava os dois partidos num patamar de importância similar, e os discursos convergentes dos seus dirigentes relativamente aos objectivos a atingir “*reflectiam o sentimento dos timorenses e tudo parecia encaminhado para que os dois partidos conduzissem Timor-Leste à independência*”⁶.

Contudo, apesar da coligação, fundamentalmente baseada numa frente anti-integracionista, a estabilidade política permanecia frágil, pois os partidos permaneciam empenhados em consolidar posições no terreno. Coligação que passou a representar um problema para a Indonésia; a frustração do general Ali Murtopo era evidente, agravada pelas informações de que a APODETI, sem capacidade para descolar do escasso apoio que tinha em Timor, era uma causa perdida. Consequentemente, o sucesso da coligação UDT-FRETILIN e o pouco interesse português em apoiar, sem subterfúgios, a opção de integração, obrigou Jacarta a dar novo rumo estratégico às suas pretensões para Timor-Leste. O objectivo imediato consistiu em romper a Coligação, manobrando no sentido de aliciamiento do seu elo mais fraco, a UDT, em clara curva descendente, mas um partido com expressão e influência em Timor, onde era notório a existência de anti-corpos relativamente à FRETILIN e a relativa possibilidade de convencer alguns dos dirigentes das vantagens da integração de Timor-Leste na Indonésia.

A UDT passou, então, a fazer eco da postura anti-FRETILIN da Indonésia. A 20 de Maio a FRETILIN fez uma grande manifestação em Díli, que juntou milhares de simpatizantes, comemorativa do primeiro aniversário do partido, onde deu para perceber que a sua base de apoio popular dominava. É, então, que a UDT tomou a decisão fatal de se retirar da coligação, a 27 de Maio, preocupada com a força do apoio à FRETILIN nos campos e a apreensão com as manifestações em Díli, temendo que assumisse a liderança da Coligação e a governação futura do país. O argumento apresentado foi que a FRETILIN tinha adoptado uma linha política que punha seriamente em risco a independência de Timor Díli, atendendo ao

⁶ Mário Carrascalão, *ob. cit.*

contexto geopolítico dominante. A verdade é que a ruptura da coligação UDT/FRETILIN representou o acto do contributo timorense para um desenlace trágico.

As provas de forças entre os partidos do sistema (UDT e FRETILIN) tornaram-se recorrentes, marcadas por ataques políticos e pessoais que, não raras vezes, chegou ao confronto físico.

Entretanto, como previsto, em 26-28 de Junho realizou-se a “Cimeira de Macau”. Destinada a avançar com o processo de descolonização, revelou-se um “mar” de contradições, intromissões e omissões. De Macau deveria ter resultado um passo importante para a autodeterminação de Timor-Leste, com a criação de um Governo de Transição, que incluísse elementos dos partidos a favor da independência. Tal não aconteceu e as razões são facilmente entendíveis.

Primeiro, a Comissão de Descolonização de Timor (CDT) e a Comissão Nacional de Descolonização (CND) trabalhavam descoordenadas. De facto, enquanto aquela tendia para conversações com a UDT/FRETILIN e, separadamente, com a APODETI, como aconteceu com as reuniões preparatórias de 7 e 9 de Maio, esta dava primazia a delegações indonésias favorecendo, por inerência, a APODETI.

Segundo, a UDT apresentou-se com posições titubeantes, receosa das opiniões de Jacarta e crente que isolar a FRETILIN lhe daria uma representatividade aceitável por todas as partes.

Terceiro, a FRETILIN, coerente com os seus princípios, recusou negociar com o que considerava um partido pária (APODETI) e, como tal, não compareceu em Macau preferindo, ao invés, enviar uma delegação representativa a Moçambique (Xavier do Amaral e Nicolau Lobato) a assistir à cerimónia de independência do país, a 25 de Junho.

Quarto, a APODETI, favorável a uma integração contrária à vontade do povo timorense, apresentou-se com uma forte delegação, amparada pela da Indonésia, que negociava separadamente com a portuguesa.

Quinto, a delegação portuguesa, liderada pelo Major Vítor Alves, Ministro da Descolonização, reuniu antes e depois da “Cimeira de Macau” com uma representação Indonésia em Hong Kong, que incluía elementos dos serviços secretos, vincando, dessa forma, que a integração permanecia como solução aceitável.

Entretanto, enquadrando a sucessão de ocorrências, no início de Julho o presidente indonésio Suharto afirmou a não viabilidade da independência de Timor-Leste atendendo à falta de condições económicas, e no final do mês, os líderes da UDT solicitam um encontro

em Jacarta para aferir das condições em que a Indonésia aceitava a independência de Timor-Díli.

Paralelamente, começaram a surgir rumores que a FRETILIN preparava um golpe com o objectivo de tomar o poder. A inacção do Governo de Lisboa, a posição de espera da Indonésia, o lavrar de um clima de ‘guerrilha política’ entre os partidos, a falta de entendimento entre os partidos e o Governo local e a desconfiança entre militares metropolitanos e timorenses inquietaram as populações e criaram um barril de pólvora. Faltava acender o rastilho, que seria ateado, para surpresa da maioria, pelo golpe da UDT em 10-11 de Agosto de 1975 e que contou com a completa inoperância do Governo e a inacção do Comando Militar.



Movimentação das diversas forças militares entre Agosto-Dezembro de 1975. Esquema autor.

A guerra que opôs a UDT à FRETILIN e assolou Timor-Leste no verão de 1975 foi curta no tempo (11 de Agosto-24 de Setembro), no espaço (especial incidência em Díli), anárquica (falha de coordenação e competência militar de ambas as partes), violenta (motivação de extermínio do oponente), de objectivos precisos (anulação do partido rival e tomada do poder) e de resultados conclusivos (vitória da FRETILIN). O conflito teve ainda o condão de aligeirar responsabilidades do poder político português e de mostrar a redundância do seu poder militar, mostrar à comunidade regional o grau de instabilidade que um Timor-Leste independente apresentava e, assim, dar argumentos à Indonésia para aplacar a deriva desestabilizadora ocupando o território. De forma ilegítima e ilegal.

2. Invasão e Ocupação Indonésia

A derrota das forças do Movimento Anti-comunista (MAC), maioritariamente pertencentes à UDT, contra a FRETILIN, no contexto da guerra civil de 1975, conduziu a uma retirada precipitada em direcção à fronteira, acabando “prensadas” entre forças indonésias situadas em Atambua e os efectivos da FRETILIN que lhe moveram perseguição. Para evitar a aniquilação, os elementos do MAC pedem autorização de entrada em Timor Ocidental, que foi aceite com a condição de assinarem uma declaração a favor da integração de Timor-Leste na Indonésia e combaterem as forças da FRETILIN. É neste contexto que a Indonésia desencadeia o processo de invasão e ocupação de Timor-Leste, retirando o território da pacata letargia vivida nas décadas precedentes e que conduziu a um dos maiores genocídios da História Contemporânea.

A anexação de Timor-Leste pela Indonésia seguiu a estratégia clássica, isolamento diplomático seguida de ataque militar. No primeiro caso funcionou a *Operação Komodo*, uma estratégia indirecta de neutralização delineada pelo general Ali Murtopo e executada pelos serviços secretos (Bakin) e que iludiu a Diplomacia Portuguesa, fomentou a rivalidade entre as forças políticas timorenses e mostrou a ingovernabilidade de um território que desestabilizou. Relativamente ao segundo caso, a estratégia militar foi feita em duas fases. Inicialmente através da acção militar de atrito, concretizada com uma invasão terrestre sub-reptícia (Outubro-Novembro de 1975), complementada pela Operação Serojo, uma acção militar de aniquilamento que conjugou uma operação anfíbia com a aerotransportada (Dezembro de 1975), comandada pelo general Benny Mordani.

O Exército indonésio desencadeou a invasão terrestre apoiada no eixo Atambua-Batugadé, destinada a canalizar as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), braço armado da FRETILIN, para a zona de fronteira e a manter o sofisma que o conflito intra-timorense permanecia. Desta forma, forças especiais do Exército (Kopassus) trajados à civil organizam um contingente armado, que incluía elementos timorenses refugiados (Força de voluntários), e combatem as FALINTIL, ocupando Batugadé a 8 de Outubro⁷.

A defesa apoiou-se no forte de Balibó e na vila de Maliana, utilizando para o efeito efectivos regulares timorenses do Exército português e milícias de Bobonaro, Atabai, Aileu e Díli, bem como o imenso arsenal bélico deixado pelos portugueses. Contudo, apesar da tenaz resistência, as forças invasoras, apoiadas por bombardeamentos navais e viatura blindadas de

⁷ John Taylor, *Timor. A História Oculta*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1993.

rodas, cercam Bobonaro, isolam Balibó e ocupam Maliana. As FALINTIL retiraram debaixo de pressão para Atabai, onde organizam uma posição defensiva, que resistiu durante um mês e, depois, para uma linha defensiva materializada na ribeira de Lóis, destinada a impedir o acesso a Díli, onde o desgaste da tropa indonésia prossegue.



Proclamação da independência de Timor-Leste pela FRETILIN. Ao centro Xavier do Amaral, ladeado à sua direita por Nicolau Lobato. Fonte: F-FDTL.

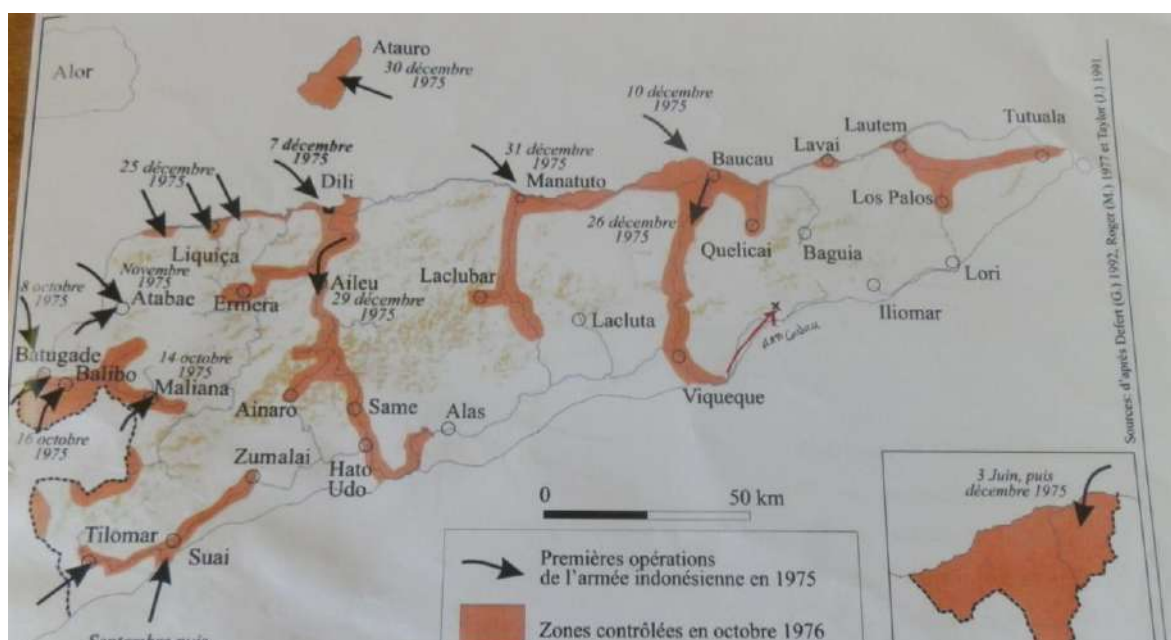
Então, a 28 de Novembro, sabendo que “Portugal não voltava” de Ataúro, os dirigentes da FRETILIN proclamam a independência da República Popular de Timor-Leste em frente ao Palácio do governo, perante a aclamação de 20.000 pessoas, pensando que o gesto captaria a atenção da comunidade internacional e apoios de países como a China ou a URSS, à semelhança do que tinha acontecido recentemente em Angola com o MPLA⁸.

Em vão, Suharto tinha dado luz verde às Forças Armadas (ABRI) para uma invasão conjunta da ilha, marcada para 7 de Dezembro. Dessa forma, às primeiras horas desse dia, Díli é sujeita a intensos bombardeamentos a partir de vasos de guerra posicionados perto da costa, assiste ao lançamento de pára-quedistas e ao desembarque de fuzileiros. Os objectivos eram simples: os bombardeamentos destinavam-se a lançar o caos na cidade e a flagelar as posições das FALINTIL nas montanhas a Sul; os pára-quedistas tinham como missão isolar Díli e eliminar os dirigentes da FRETILIN; os fuzileiros tinham a incumbência de anular

⁸ COMISSÃO DE ACOLHIMENTO VERDADE E RECONCILIAÇÃO (CAVR) (2005) – Relatório Chega. Díli.

bolsas de resistência. No entanto, se a invasão terrestre conheceu uma inusitada resistência que prolongou os combates durante mais de dois meses e barrou o avanço para Díli, a invasão iniciada a 7 de Dezembro foi, do ponto de vista operacional, um insucesso, apesar de a operação envolver cerca de 10.000 efectivos, seguidos de mais 20.000 nos dias seguintes.

Resguardados em abrigos na montanha, os efectivos das FALINTIL furtaram-se à metralha dos vasos de guerra e fustigaram pelo fogo os indonésios que deambulavam nas imediações. O lançamento dos pára-quedistas conjugado com o desembarque anfíbio foi um desastre. A primeira leva aerotransportada ou caiu no mar (afogamentos), nas montanhas (isolamento) ou em pontos da cidade, como o bairro do Farol e Vila Verde (eliminação pelas FALINTIL). A descoordenação atingiu o absurdo quando os fuzileiros, entretanto desembarcados pela calada da noite em Comoro e Raikoto, foram recebidos a tiro por pára-quedistas da segunda leva, que os confundiram com elementos da FRETILIN, provocando fratricídio.



Eixos da invasão e ocupação das forças militares indonésias. Durand, 2001.

Reinava a confusão. Enquanto os líderes da FRETILIN, os principais comandantes das FALINTIL e o grosso do material de guerra retiravam para Aileu, Ainaro e Same para organizarem a resistência no interior, em Díli combatentes das FALINTIL, milícias e populares prolongaram os combates por todo o mês de Dezembro. Do lado indonésio, o que faltou em competência e coordenação militar sobrou em brutalidade. Os soldados portaram-se como pilhantes, queimaram casas, violaram pessoas e bens, prenderam de forma arbitrária,

torturaram e fizeram execuções em larga escala⁹. A cidade tornou-se num matadouro a céu aberto.

A inusitada resistência verificada em Díli obrigou as ABRI a uma operação semelhante em Baucau, a 10 de Dezembro, e a desembarques em Suai e em Manatuto, a 25 de Dezembro. A presunção que o general Benny Murdani incutiu nos seus homens de que a operação se resumiria a “*tomar o pequeno-almoço em Díli, o almoço em Baucau e o jantar em Lospalos*” esfumava-se. As projectadas 24 horas transformar-se-iam em 24 anos e numa derrota indecorosa.

No entanto, no início de Janeiro de 1976 o Governo indonésio estabelece um Governo provisório com elementos da UDT e da APODETI. Em Maio, este Governo convida a Indonésia a proclamar a soberania sobre o território, que anexa formalmente como a sua 27.^a província (Timor Timur) em 17 de Julho.

Mas a organização político-social desenvolvida pela FRETILIN e a capacidade militar apresentada pelas FALINTIL, vincada no controlo de cerca de dois terços do território, onde organizou bases de apoio e posições defensivas, obrigou as forças militares indonésias a uma ocupação debaixo de pressão e ao mero controlo dos principais itinerários e localidades circundantes, cortando longitudinalmente o teatro de operações em três zonas de acção: fronteira terrestre-Díli/Same; Díli/Same-Baucau/Viqueque; Baucau/Viqueque-Ponta Leste¹⁰.

Assim, até 1979 a guerra seguiu um cariz convencional (guerra de posições). Os batalhões indonésios manobravam para alargar as áreas de influência territorial e limpar as diversas zonas de montanha ocupadas pela resistência. Contudo, as dificuldades que o terreno apresentava, a ausência de apoio da população (que a brutalidade da invasão e ocupação anulou), a inexperiência da maioria das tropas e a tenacidade da luta desencadeada por uma resistência bem organizada e armada limitaram as acções a meras infiltrações e assaltos às linhas do adversário.

A situação de impasse só foi desbloqueada a partir do segundo semestre de 1977, com o envio de mais tropas, que subiu para os 38.000¹¹ e, principalmente, através da utilização de meios aéreos e armamento pesado. De facto, a par da intensificação do fogo de artilharia naval, o emprego de bombardeiros A-4E *Skyhawk*, que utilizavam bombas de elevada potência, e de aviões de contra-guerrilha OV-10F *Bronco*, capazes de voar a baixa altitude e sob quaisquer condições meteorológicas, ambos de fabrico americano, permitiram aos

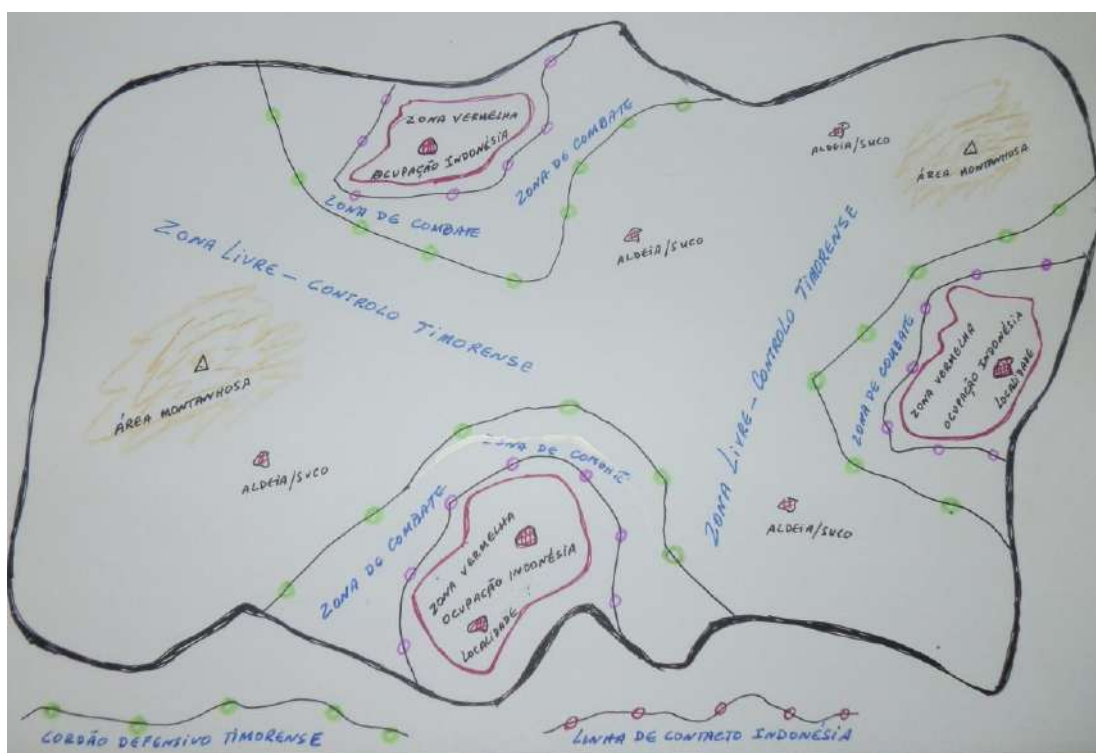
⁹ Jill Jolliffe, *Timor. Terra Sangrenta*, Lisboa, Edições O Jornal, 1989.

¹⁰ Frédéric Durand, *Timor Lorosa'e. Pays au Carrefour de l'Asie et du Pacifique*, Marne-la-Vallée, Presses Universitaires, 2002.

¹¹ Gabriel Defert, *Timor Est. Le Génocide Oublié*, Paris, L'Harmattan, 1992.

batalhões progredir em linha em direcção às bases da resistência, enquanto estas eram sistematicamente bombardeadas, complementados pelos modernos aparelhos *Hawk* britânicos de ataque ao solo e pelo uso de helicópteros *Alouette* franceses. A incompetência operacional dos indonésios foi compensada, portanto, por um avassalador poder de fogo, negando a resposta a uma resistência que não tinha peças de artilharia nem meios anti-aéreos.

A solução final assentou em operações de cerco e aniquilamento, destinadas a anular a produção alimentar das bases de apoio e bater a resistência por partes. A medida resultou. As principais bases de apoio foram desalojadas mediante entrega das populações e as de resistência destruídas.



Esquema-tipo de controlo de determinada região em Timor-Leste 1976-77. Autor.

A “queda” do Matabian, a 22 de Setembro de 1978, significou o momento glorioso da aparente vitória militar indonésia, sustentada pela morte ou captura de 49 dos 52 elementos do Comité Central da FRETILIN, com destaque para Nicolau Lobato, apresentado como troféu de guerra. O período de 1975-79 foi, sem dúvida, o mais mortífero da guerra, deixando um rasto de morte de dezenas de milhares de timorenses que sucumbiram, para além dos combates, à fome e às doenças. Mas do lado indonésio cerca de 16.000 soldados terão perdido a vida¹²!

¹² Peter Carey, *Timor-Leste; Gerações de Resistência*, Lisboa, Editorial Caminho, 1995.

Cerca de três anos volvidos a campanha de ocupação de Timor-Leste por parte de Jacarta estava concluída. Porém, alguns grupos de guerrilheiros dispersos permaneciam activos, deambulando pelas montanhas ou organizados em bolsas de resistência. Pela mão de Xanana Gusmão, a resistência renascia das cinzas e passava a assumir um carácter de guerrilha. Durante a primeira metade da década de 1980, as forças militares indonésias revelam-se incapazes de anular a guerrilha: as operações de cerco e extermínio (*Kikis* – cerca de pernas)¹³, que obrigava as pessoas retiradas das povoações a marcharem à frente dos militares em direcção aos focos de resistência, fracassaram; a utilização de unidades timorenses *Hansip* (Batalhões 744 e 745) revelou-se um fiasco; o cessar-fogo, “assinado” pelo coronel Purwanto e destinado a conhecer o inimigo para o abater resultou numa pausa operacional que favoreceu o adversário; a actuação dos batalhões em operações convencionais era inconsequente e tornava-os vulneráveis.

A Indonésia ajustou, então, os objectivos e os meios militares à forma de fazer a guerra pela guerrilha timorense, adoptando a contra-guerrilha a partir de 1986. Instalaram unidades militares nas áreas onde a guerrilha se movimentava, tendo em conta pontos de refúgio e a existência de recursos alimentares, destacando-se as regiões de Manatuto, Baucau, Viqueque, e Lospalos¹⁴. Os batalhões delimitavam, então, uma determinada zona, enquanto pequenas unidades tipo esquadra/secção (grupos de retalhamento) se disseminavam e batiam pontos específicos (áreas de cultivo, hortas, riachos, trilhos). Obrigando os guerrilheiros a constantes movimentos, a vantagem indonésia é que os pequenos grupos podiam actuar de forma dispersa, mas coordenados entre si e com os batalhões devido ao uso de meios rádio. Além disso, concentraram as populações em “aldeamentos estratégicos”, furtando-as ao contacto com a guerrilha.

Desta forma, em 1989 a guerrilha timorense estava quase anulada. Mas de novo, qual Fénix, a resistência armada reinventa-se e ressurgiu, agora através da guerrilha urbana, isto é, guerrilheiros e populações fundem-se, mediante uma cumplicidade que perdurará até 1999.

Para a Indonésia este período será pouco intenso a nível militar, definindo os guerrilheiros como agentes desestabilizadores da ordem interna passíveis de resolução com medidas policiais. De tal forma que as autoridades de Jacarta se sentiram encorajadas a abrir Timor-Leste ao exterior, com resultados nefastos. Realmente, se a frente armada da resistência está relativamente reduzida, a clandestina dá-lhe voz actuante a nível interno,

¹³ Foram utilizados 15 batalhões – 12.000 homens, sobretudo nas áreas de Baucau-Lautém-Viqueque, e depois em direcção ao corredor Venilale-Ossu-Viqueque.

¹⁴ Gabriel Defert, ob. cit.

enquanto a diplomática aproveita os ventos favoráveis da conjuntura internacional para fazer de Timor-Leste primeira página das agências noticiosas. Mais do que militar, a questão era política. E se as ABRI foram incompetentes militarmente, Jacarta revelou-se politicamente inepta na década de 1990.

3. A Resistência Timorense à Ocupação

Surpreendidos, mas não vencidos, os timorenses reagiram, fazendo jus à sua ancestral vocação guerreira. A resistência timorense à ocupação conheceu linhas de acção diferenciadas que se complementam à medida que se tornou notória a incapacidade indonésia para apresentar a ocupação como um facto consumado e internacionalmente aceitável: Frente Armada; Frente Clandestina; Frente Diplomática; Igreja Católica Timorense.

3.1. Frente Armada

A resistência armada apresenta três fases distintas, assente na metodologia de emprego de forças: guerra de posições; guerrilha de montanha; guerrilha urbana.

Os timorenses basearam a unidade na luta numa ideologia nacionalista de cariz marxista, combateram apoiados numa Forças Armadas de Libertação Nacional com 25 a 30 mil efectivos, aproveitaram o considerável arsenal militar que o Exército Português deixou ficar para trás com a retirada da ilha Ataúro (espingardas automáticas G3, espingardas Mauser, pistolas-metralhadoras FBP, morteiros 60 e 81, obuses de montanha), organizaram-se, militarmente, através de bases de resistência e, socialmente, em bases de apoio no conjunto montanhoso de Timor-Leste sobranceiro à presença do ocupante e, dessa forma, o combateram. De tal forma que inviabilizou a pretensão inicial indonésia de absorver no curto prazo e a baixo custo o território, sendo obrigada a um empenhamento militar para além do impensável.

As reuniões de Soibada (1976) e de Laline/Lacluta (1977) definem o carácter da resistência, assente numa coabitação estratégica entre os políticos da FRETILIN, os militares das FALINTIL e as populações. Como facto mais relevante regista-se a definição estratégica da resistência, que adopta a doutrina maoista: a guerra seria travada pelo povo e para o povo (guerra popular); a guerra seria prolongada; a resistência dependeria das suas próprias forças.

Competia aos líderes da FRETILIN organizar administrativamente o território, definir os objectivos de guerra e delinear o modelo social. Em termos administrativos, as zonas

libertadas foram divididas em seis sectores¹⁵, cada um com unidades políticas à responsabilidade da FRETILIN¹⁶ e zonas militares sob comando das FALINTIL¹⁷. As principais bases eram Fatubessi, Ramelau, Cablac, Matabian e Bibileo. Como a independência constituía o estado final a alcançar, o partido desenvolveu uma política educativa dirigida à população civil destinada a generalizar a crença na libertação nacional.

Nesta fase, impunha-se o princípio da subordinação do poder militar ao político – “*a política comanda o fuzil*”¹⁸. Nesse sentido, nos diversos sectores, regiões e zonas os comandantes militares dependiam da autoridade dos comissários políticos, secretários, adjuntos e assistentes do comissariado. As FALINTIL, dependentes da estrutura política, faziam a guerra reportando o resultado das operações efectuadas, garantiam a defesa das bases da resistência e a segurança das populações. Sujeitando o inimigo a uma guerra de posições, a defesa estruturava-se da seguinte forma: i) base de apoio, onde as populações desenvolviam as suas actividades quotidianas; ii) linha defensiva, marcada entre a base de apoio e a zona de transição, que garantia a protecção militar à actividade económico-social; iii) zona de combate (também conhecida por zona vermelha).

Desta forma, as companhias de sector (unidades regulares) actuavam na frente de combate, as companhias de intervenção estavam vocacionadas para a segurança e defesa das bases de apoio e as companhias de choque desencadeavam ataques de surpresa ao inimigo. Relativamente às populações, sustentavam “economicamente” as zonas libertadas, garantindo bem-estar. Posicionados na retaguarda da linha defensiva, os civis organizaram uma sociedade com um funcionamento básico capaz de satisfazer as necessidades essenciais, nomeadamente ao nível da produção de géneros alimentícios, apoio sanitário e educação escolar.

Portanto, a resistência actuou no seio do povo, como o peixe na água: a FRETILIN, enquanto cimento ideológico, orientava a luta de libertação; as FALINTIL, como vector operacional, eram protectoras do povo, permitindo que as pessoas vivessem nas zonas libertadas; o povo, constituindo o meio ambiente, justificava o direito à resistência.

¹⁵ Fronteira Norte (Ermera, Liquiçá, Bobonaro); Fronteira Sul (Covalima e Bobonaro); Centro Norte (Manatuto, Aileu, Díli); Centro Sul (Manufahi e Ainaro); Centro Leste (Baucau e Viqueque); Ponta Leste (Lautém).

¹⁶ A nível político, existia um Comissários Político Regional por sector, um Secretários Distrital, Secretários das Zonas (por sub-distritos), Secretários dos Sucos e Núcleos de Resistência.

¹⁷ A nível militar havia um comandante por Sector, dois Comandantes por Região e os Comandantes de Zona.

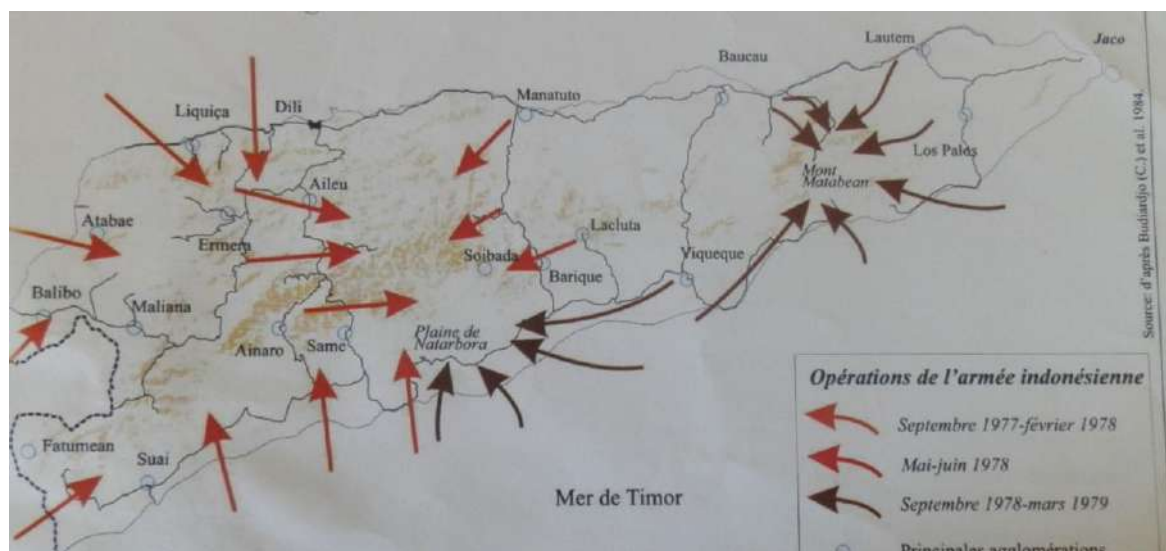
¹⁸ CAVR, *Relatório Chega*, ob. cit.

O comando da luta, que incluía Xavier do Amaral (comandante supremo), Nicolau Lobato (comandante das FALINTIL) e António Carvarino (Comissário Político Nacional) estava concentrado no eixo Same-Aileu-Ainaro-Manatuto, ou seja, tão longe quanto possível dos locais de combate, mas suficientemente próximo para orientarem a resistência. A situação sustentou-se enquanto os batalhões indonésios eram incapazes de desencadear com sucesso ofensivas em larga escala contra as bases da resistência. Mas tudo muda quando desencadeia as operações de cerco e aniquilamento, empregando meios aéreos de contra-guerrilha e de ataque ao solo com os quais bombardeiam as bases e permite o avanço das forças terrestres, desfloresta a mata e destrói as culturas. Efectivamente, as FALINTIN são obrigadas a sucessivos recuos, o perímetro das bases encolhe, as populações são obrigadas a concentrar-se e a fome inicia o martírio.

Entretanto, ocorrem dissensões no seio da resistência, tendo as populações como fundamento. Insensível a desvios ideológicos revolucionários, a FRETILIN coagia as populações que permaneciam agarradas aos conceitos tradicionais de fidelidade familiar e entrou em choque com os elementos das FALINTIL que entendiam a guerra apenas numa óptica militar e encaravam as obrigações de segurança e bem-estar do povo como um entrave à condução das operações. Atendendo aos milhares de pessoas que permanecia nas bases de apoio, defendiam o seu regresso às localidades.

O resultado foi as admoestações, os julgamentos públicos (crítica e auto-crítica), as prisões e as execuções. Latente desde o período da guerra civil, o mal-estar entre políticos e militares agudizava-se. Mas o litígio mais complexo ocorreu em 1977 e envolveu Xavier do Amaral, acusado de traição à Pátria por pretender alienar a vontade do povo e propugnar uma guerra de guerrilha. Foi exonerado de funções, encarcerado e torturado, transitando o comando da luta para Nicolau Lobato.

Um outro ponto prende-se com a ajuda externa anunciada pela FRETILIN, que os agentes externos captariam em países como a China ou Moçambique, mandando para o efeito terraplenar algumas pistas de aterragem, como aconteceu em Fatuberliu. Mas em 1978 era evidente que a aterragem de aviões ou o simples lançamento de material nas áreas da resistência jamais ocorreria. Esta situação acabou por minar o ânimo nas bases e lançar a descrença na liderança política. Alarico Fernandes (Ministro da Informação) entra em colisão com Nicolau Lobato e descrê da vitória sem auxílio externo. Acaba por se entregar à tropa indonésia e, com ele, o rádio *maubere* que permitia à resistência comunicar com o exterior.



Manobra de aniquilamento pelas forças indonésias, Setembro 1977-Março 1979. Fonte: Durand, 1991.

E, assim, desprovida de abrigos adequados, minada por atritos internos e desprovida de uma retaguarda que negasse o acesso ao inimigo, a resistência sucumbe. Primeiro no sector Fronteira Sul (início de 1978), a seguir na planície de Natarbora /Manatuto (meados de 1978), depois a base do Matebian, no Centro Sul (Setembro de 1978) e, finalmente, na base Fatubessi (Ermera), em Fevereiro de 1979. A queda das bases de resistência marcou o fim das zonas libertadas e da estratégia de guerra popular prolongada. Uma estratégia sem dúvida ousada, mas que originou custos humanos elevados, o armamento de grande parte do território e o desaparecimento da geração de líderes políticos e chefes militares que iniciaram a resistência à ocupação.

Mas foi a junção resistência/populações que garantiu o suporte da continuação da guerra, feita em moldes de guerrilha onde a ideologia permaneceu, a vontade combativa ressurgiu e o povo apoiou clandestinamente. Enquanto a Indonésia proclamava ‘aos quatro ventos’ que a insurreição armada timorense terminara (presunção que manteve até 1999), dois sobreviventes do Comité Central da FRETILIN, Xanana Gusmão e Ma’Huno, percorriam a montanha de Timor-Leste e estabeleciam contactos entre as bolsas de resistência existentes e os combatentes dispersos disponíveis para continuar a pegar a em armas. A fase da guerrilha de montanha assumia-se e o primeiro grito “*a luta continua*” foi dado com um ataque a Díli, a 10 de Junho de 1980, que abalou a acalmia da cidade, descontrolou os soldados indonésios, destruiu uma antena da estação televisiva em Marabia e assaltou o quartel-general do Batalhão *hanship* 744¹⁹.

¹⁹ Jill Jolliffe, ob.c it.

No ano seguinte, em Março os quadros políticos e os comandantes militares sobreviventes organizaram a “Conferência de Reorganização Nacional”, em Maubai/Lacluta, de onde saiu o marxismo-leninismo enquanto ideologia oficial da FRETILIN, criou-se “O Conselho revolucionário da Resistência Nacional” (CNRN) e o território foi organizado em três regiões: Fronteira (Nakroman), Centro (Haksolok) e Ponta Leste (Funu Cei Nafatim). Cada uma das três regiões tinha um comissário (responsável político-militar), um comandante de região (responsável pela parte operacional) e um comandante de destacamento (responsável pela actividade clandestina). Foi também constituída uma Brigada Vermelha tipo tropa de choque.



Renascimento da Guerrilha Timorense na década de 1980, durante a liderança de Xanana Gusmão. Fonte: F-FDTL.

Apesar de a orientação política ainda ser formalmente delineadas pelos quadros da FRETILIN, a resistência transformara-se em luta armada, desempenhando as FALINTIL o papel principal, competindo ao “estratega” a prerrogativa de condução da resistência, isto é, Xanana Gusmão. Assumindo a improbabilidade de derrotar o inimigo militarmente, foi adoptada a técnica de guerrilha, destinada a preservar as próprias forças, disseminar-se por todo o território, contactar as populações para obtenção de informações e apoio logístico e manter o ocupante debaixo de uma pressão continuada através do lançamento de ataques concretizados por pequenas unidades, com elevado grau de mobilidade, letalidade e dispersão.

A indonésia reagiu procedendo a operações de limpeza pelo território destinadas a eliminar focos de resistência. Mas o sucesso militar foi irrisório. Em 1983 guerrilha e forças indonésias acordam um cessar-fogo e encetam negociações, que decorreram sempre debaixo de desconfianças mútuas. Do lado indonésio argumentava-se a incapacidade de uma

resistência prolongada e apresentavam-se as vantagens de uma autonomia alargada para Timor-Leste, amnistia aos guerrilheiros e regalias para os seus líderes. Enquanto isso, aproveitava para conhecer a estrutura, motivação e implantação da guerrilha. Do lado timorense, exigia-se a monitorização do processo pela comunidade internacional (ONU) e a realização de uma consulta à população para decidir do destino do País. Paralelamente, aproveitou-se a oportunidade para reorganizar as forças e desenvolver uma estrutura clandestina.

A ‘paz podre’ foi quebrada a 8 de Agosto com uma acção armada da resistência feita no interior das próprias forças indonésias (*hanship*) ou Milícias Populares de Libertação Nacional (MIPLIN) que, em Viqueque, atacaram e mataram um grupo de engenheiros de combate das ABRI, refugiando-se, de



Falur Rate Laek, Xanana Gusmão e Taur Matan Ruak, o último líder da resistência. Fonte: F-FDTL.

seguida, no mato. A resposta foi o massacre de Kraras (Viqueque) e a ameaça de Benny Murdani de que “*desta vez vamos atingi-los sem misericórdia*”.

Em 1984, a guerrilha reorganiza-se e substitui as três regiões por uma divisão territorial organizada em quatro Unidades (Ponta Leste, Baucau, Manatuto, Viqueque), cada uma constituída por duas Companhias subdivididas em pelotões e secções. A Brigada Vermelha foi extinta e os destacamentos anulados. O objectivo consistiu em dar um novo fôlego à luta armada através de um comando estratégico centralizado e uma execução táctica descentralizada. Até 1986, a guerrilha continuou a deter a iniciativa. Assaltavam os indonésios no mato, emboscavam contingentes militares que circulavam em caminhos de difícil transitabilidade e atacavam postos nas localidades. Batiam e fugiam, furtavam-se ao combate. O importante era manter o ocupante debaixo de constante pressão, minar a sua capacidade moral, desgastar a sua capacidade combativa. E, muito importante, capturar armas, angariar munições, obter roupa e meios sanitários.

Em meados da década 1980, a resistência atravessava uma redefinição interna. Em causa estava a matriz marxista-leninista da resistência, desaconselhada pela Igreja numa altura

em que a questão Timor-Leste começa a mostrar-se ao mundo e se impunha credibilizar o papel da frente diplomática. E, assim, a 7 de Dezembro de 1987, na reunião de Aitana/Lacluta, Xanana Gusmão formalizou a despartidarização das FALINTIN, que passavam a actuar fora do enquadramento ideológico-partidário da FRETILIN²⁰. A resistência passa a ter um cunho nacional suprapartidário, a despeito de a decisão ter originado defecções nas FALINTIL. Assim, a desvinculação das FALINTIL relativamente à FRETILIN afirmou decisivamente a frente armada como entidade liderante nos campos político e militar²¹.

Entretanto, nesta altura as forças armadas indonésias tinham abandonado o conceito estratégico das grandes operações convencionais, passando a combater a guerrilha utilizando os mesmos métodos: a contra-guerrilha. As dificuldades para a guerrilha foram de várias ordens: privação de locais de abastecimento alimentar; necessidade de restringir os movimentos diurnos, relegando as FALINTIL para uma atitude passiva e reactiva; quando efectuados, os deslocamentos passaram a ser feitos em grupos com uma dimensão capaz de reagir aos ataques das “unidades de retalhamento” indonésias; as unidades de guerrilha perderam o contacto entre si; para obter informações sobre o inimigo e angariar meios de subsistência, os guerrilheiros estreitaram ligação com os elementos da frente clandestina e acercaram-se das povoações. A técnica de contra-guerrilha desencadeada pelo inimigo, associada ao repovoamento conduziu a resistência a um estado próximo do zero operacional.

A luta armada precisava de um novo fôlego. O exemplo vem da região de Baucau onde a movimentação dos guerrilheiros nas localidades, os contactos estritos com as populações e a continuidade de acções armadas determinam a transferência da guerrilha na montanha para a guerrilha urbana.

3.2. Guerrilha Urbana e Frente Clandestina

Nos anos 1990, apesar de a frente armada permanecer como a componente mais ostensiva da resistência, a espectacularidade das emboscadas reduziu-se drasticamente e os assaltos a acampamentos inimigos quase desapareceram. Doravante, com a guerrilha urbana, a frente armada e a clandestina quase se confundem e a luta passa a ser mais política que militar.

No entanto, a colaboração clandestina das populações com a luta armada foi feita a partir do momento em que a Indonésia invade Timor-Leste e, sobretudo, quando o modelo violento de ocupação se impõe. A frente clandestina começa a ganhar forma a partir de 1978

²⁰ Xanana Gusmão, *Timor-Leste, um Povo Uma Pátria*, Lisboa, Colibri, 1994.

²¹ CAVR, *Relatório Chega*, ob. cit.

quando Nicolau Lobato percebe a impossibilidade de sustentar as populações nas bases de apoio e se decide pelo seu regresso aos sucos, com indicações para passarem à clandestinidade. A resistência civil toma forma a partir do simples cidadão rural, vendedor ambulante, funcionário público, homens de negócios, juventude estudantil e as mulheres. Povo anónimo que vive o quotidiano como «bom trabalhador indonésio», enquanto serve a resistência nas montanhas mediante uma ligação que passa pela recolha de informações, serviço de estafetas na ligação entre regiões, assistência sanitária ou refúgio²². Uma ligação que emerge através de redes com vínculo familiar e que funcionam na retaguarda do inimigo. O papel dos elementos que apoiavam clandestinamente a luta armada tornou-se também importante para adquirirem dinheiro mediante contribuições das populações (talão de apelo), que lhes permitia comprar meios rádio, armas e munições aos soldados indonésios que subornavam.

Começava a desenhar-se uma estrutura organizacional em que “*a confiança na força das armadas*” era complementada pela “*confiança na força do povo*”²³.

É com a adopção da guerrilha urbana e o controlo de aldeias pela guerrilha, a partir de 1989, que a população começou a ser pressionada para aderir ou colaborar com a frente clandestina, sendo criada uma estrutura nacional com ordens para funcionar coordenada e sob dependência da frente armada. Mas os contactos e ligações entre as forças militares e elementos da clandestina só acontecem quando autorizados por entidades políticas ou militares devidamente identificadas.

A frente clandestina ganhou protagonismo com três acontecimentos-chave: a visita do papa João II a Díli (12 de Outubro de 1989); o massacre no cemitério de Santa Cruz (12 de Novembro de 1991); a captura de Xanana Gusmão (20 de Novembro de 1992). Altura em que a frente armada se apresenta fragilizada e se apoia nas populações, enquanto a clandestina atravessa um momento de grande actividade. Nesta altura, a maioria dos guerrilheiros trocou o mato pelas vilas, vivendo à civil junto da população e com as armas dentro de casa²⁴.

A componente política ganhou ânimo com a divulgação dos massacres do cemitério de Santa Cruz, enquanto a militar entrou em “depressão” com as prisões de Xanana Gusmão e de Ma’Huno. Konis Santana, um político, assumiu, então, a direcção da resistência, coadjuvado por Taur Matan Ruak na componente militar, Sabalai na clandestina e Ramos-Horta na

²² Maria Ângela Carrascalão, *Timor. Os Anos da Resistência*, Queluz, Mensagem, 2002.

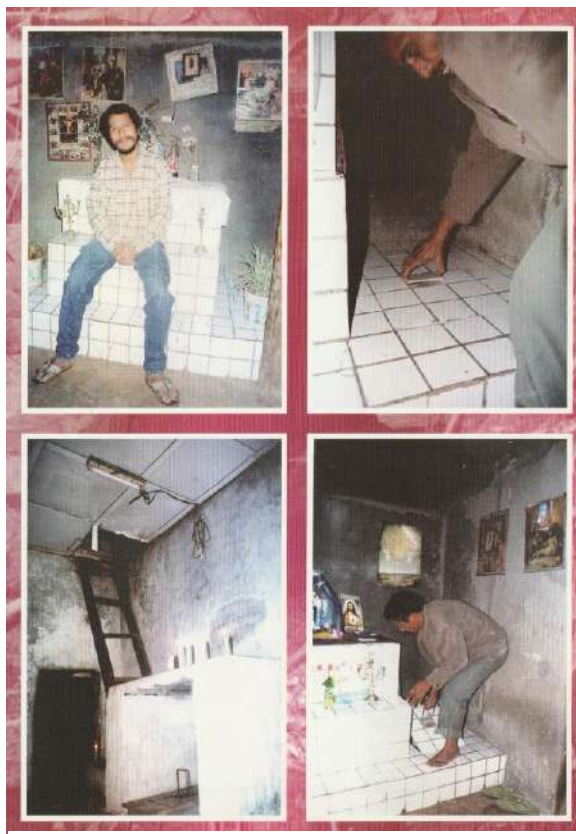
²³ Peter Carey, ob. cit.

²⁴ Manuel Acácio, *A Última Bala é a Minha Vitória*, Cruz Quebrada, 2006.

diplomática²⁵. Apesar de a actividade da frente armada prosseguir, as suas acções destinavam-se sobretudo a manter vivo o processo da resistência, reforçando a unidade interna e dando argumentos à frente diplomática.

Durante o período em que Sabalai foi seu responsável (1993-95), a frente clandestina assumiu uma influência, autonomia e liberdade de acção assinaláveis, emprestando-lhe paridade na direcção da luta. Mas existiram constrangimentos. Este protagonismo desagradava a muitos comandantes de guerrilha que defendiam que o papel da frente clandestina passava pela subordinação e apoio da frente armada. Depois, o súbito desaparecimento de Sabalai (1995), após a mal compreendida captura de Xanana Gusmão em Díli (1992) e de Ma'Huno em Same (1993), incute na resistência desconfianças mútuas centradas na fiabilidade de uma frente clandestina que era nesta altura, curiosamente, a principal fonte de preocupações dos indonésios.

Timor-Leste viveu, a partir desta altura, na base do boato e do traidor oculto. De tal forma que Konis Santana se viu na necessidade de assumir o controlo directo da frente clandestina em acumulação com o comando da Luta. Mas a frente clandestina era já muito mais que o simples timorense anónimo que colaborava com a resistência ‘nas barbas’ do poder indonésio. Os estudantes organizaram-se e juntaram vontades na Rede Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL), desencadeamento agitações sociais, greves estudantis, assalto a embaixadas e “intifadas” contra os soldados indonésios²⁶. Tratou-se de um valor acrescentado (e de difícil controlo) contra o qual as acções de repressão indonésias pouco mais obtinham que um azedume da sociedade internacional que acompanhava impressionada a situação timorense.



Konis Santana e o abrigo de Mirtutu, disfarçado de santuário. Local onde morreu o líder da resistência. Fonte: F-FDTL.

²⁵ José Mattoso, *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.

²⁶ CAVR, Relatório Chega, ob. cit.

Em 1998, com a morte de Konis Santana, Taur Matan Ruak é designado comandante da Luta, na reunião de Laleia/Manatuto. Forma a Frente Política Interna (FPI) e dá primazia à frente armada enquanto fórmula que justificava o papel dos diplomatas no exterior e a agitação das populações no interior, mediante uma complementaridade de vontades sem antídoto indonésio. E será um militar desde a primeira hora de resistência à ocupação quem acompanhará no terreno Timor-Leste à autodeterminação.

3.3. Frente Diplomática

Entre a Invasão Indonésia em 1975 e a formalização de jure da RDTL, em 2002, o “assunto Timor” evoluiu desde o mais profundo silêncio mediático (1975-1989), conheceu um despertar de consciências e exploração noticiosa (1989-1994), passou por uma fase de consolidação e consagração nos *fora internacionais* (1994-1999) até atingir a independência,²⁷. Como é natural, a actividade da frente diplomática acompanhou essa conjuntura política e mediática, evoluindo desde um estado de ignorância a nível internacional, na primeira fase (1975-1989), ao da compreensão e aceitação, na seguinte (1989-1994), até se assumir como vector fulcral da resistência (1994-1999).

A 4 de Dezembro de 1975, três dias antes da invasão aeronaval, a FRETILIN decide-se pela saída para o exterior de alguns dos membros do governo de modo a angariar auxílio internacional. Assim, Ramos-Horta (Ministro das Relações Exteriores) vai para as Nações Unidas, Mari Alkatiri (Ministro de Estado para os Assuntos Políticos) centra a sua atenção em Moçambique e Rogério Lobato (Ministro da Defesa) deambula pela Austrália, Portugal, Moçambique e Angola. Na companhia de Roque Rodrigues (ideólogo da FRETILIN) esteve também na China, no Vietname e na Coreia do Norte.

Preferencialmente, os destinos eram os países lusófonos recentemente independentes e os socialistas da Ásia. Mas os sucessos foram mitigados. Se no Vietname lhes foi dada instrução sobre como conduzir uma guerra subversiva e em Moçambique e na China foi disponibilizado material de guerra impossível de colocar dentro de Timor-Leste, no restante a compreensão para o problema resumiu-se a palavras de solidariedade. Timor-Leste era ‘curto demais’ para merecer um empenhamento político ou militar que resvalasse para uma afronta ao poder da Indonésia. O assunto Timor-Leste permanecia na agenda internacional simplesmente porque as Nações Unidas vetaram a anexação e a diplomacia portuguesa, que rompeu relações com a Indonésia, assumiu-o como causa nacional.

²⁷ Rui Marques, *Timor-Leste: O Agendamento Mediático*, Porto, Porto Editora, 2005.

A partir de 1990, o fim do sistema político mundial bipolar, a invasão e anexação do Kuwait pelo Iraque e consequente guerra do Golfo, conduzida por forças multinacionais sob os auspícios da ONU, e a secessão e independência de novos Estados euro-asiáticos, empresta legitimidade acrescida para a frente diplomática esgrimir mais veementemente o direito à auto-determinação de Timor-Leste. Elemento-chave para garantir a vitória. A invasão de Timor-Leste pela Indonésia violava o direito internacional. Logo, a integração de Timor-Leste na Indonésia não era internacionalmente reconhecida ficando em aberto uma janela de oportunidade²⁸. Assim mudou-se a estratégia – passou-se do esforço armado para o esforço político-diplomático, com o apoio da frente clandestina.

Entre as primeiras manifestações de desagrado americanas contra os abusos indonésios, as resoluções aprovadas pelo Parlamento Europeu em moldes idênticos, os discursos de Ramos-Horta nas Nações Unidas e os encontros bilaterais entre as diplomacias de Lisboa e de Jacarta, os representantes da resistência e dos partidos timorenses no exterior (FRETILIN e UDT) procuram plataformas de entendimento que lhes permitisse falar a uma só voz.

O primeiro passo é dado em Março de 1995, com a criação, em Lisboa, da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática (CCFD). Daqui saíram representantes para algumas das mais importantes chancelarias: Roque Rodrigues (FRETILIN) em Lisboa; José Luís Guterres (FRETILIN) em Nova Iorque; Zacarias da Costa (UDT), em Bruxelas; João Carrascalão (UDT) na Austrália²⁹. Ramos-Horta, a “cabeça” mais representativa da resistência timorense nos *fora* internacionais vê, então, reconhecidos os “trabalhos e labores” com a nomeação para Nobel da Paz pela Academia Sueca.



Ramos Horta e D. Ximenes Belo agraciados com o Nobel da Paz em 1996. Fonte: F-FDTL.

A frente diplomática assume um protagonismo cimeiro no contexto da resistência, de tal forma que o nome de Ramos-Horta chega a ser apontado para liderar a luta. Intenção que não aceita, defendendo que o comando supremo devia continuar a ser exercido a partir do interior

²⁸ CAVR, *Relatório Chega*, ob. cit.

²⁹ Maria Ângela Carrascalão, ob. cit.

de Timor-Leste³⁰. Assim, a frente armada conserva essa atribuição, pois era a partir da sua existência que as demais frentes (clandestina e diplomática) garantiam a sua funcionalidade. Até que, na Convenção ocorrida em Peniche, em Abril de 1998, é criada uma estrutura que agrega as várias sensibilidades políticas e ideológicas timorenses – Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT).

3.4. Papel da Igreja Católica Timorense

Com Timor-Leste fechado ao mundo, a Igreja Católica Timorense funcionou como janela de esperança para o povo e elo de ligação com o exterior, afagando uma população maioritariamente católica (90%). Mas, se pensarmos que, inicialmente, a Igreja não era favorável ao marxismo defendido pela FRETILIN, que D. José Joaquim Ribeiro via a invasão indonésia como inevitável e, eventualmente, desejável, e que Timor-Leste tinha à época da invasão de 1975 somente 22-25% de baptizados (o animismo prevalecia)³¹, facilmente se percebe que, também na questão religiosa, a Indonésia cometeu erros de avaliação.



Padroado Timorense e seminaristas na década de 1970. Fonte: F-FDTL.

Tudo mudou com o espalhafato da invasão de 7 de Dezembro, quando teve lugar a carnificina indiscriminada da população, o êxodo para as montanhas e os bombardeamentos a que Díli foi sujeita, onde nem o seminário de Dare foi poupado. A Indonésia perdeu, assim, o

³⁰ Carta de Konis Santana ao Presidente Mário Soares (14 de Agosto de 1993), Documentos Resistência Timorenses/Fundação Mário Soares.

³¹ Entrevista de D. Basílio do Nascimento, Pedro Rosa Mendes e Alain Corbel, *Madre Macau*. Timor, Lisboa, Associação para a Cooperação entre os Povos, 2004.

conformismo da Igreja, ganhando desde o início um opositor que se mostraria “remédio santo”.

Durante a guerra padres e demais membros da Igreja protegeram nas suas instalações populações coagidas, afagaram “ovelhas tresmalhadas” e alimentaram gente esfomeada. Ou seja, interpelando o invasor a Igreja “*cumpria a sua missão, «ser mãe» do povo perseguido, ultrajado na sua dignidade e vivendo com grande dificuldade*”³². Mas a Igreja, pelo menos ao nível de alguns dos seus prelados, foi mais longe, apoiou activa e dissimuladamente o esforço de guerra e a resistência dos timorenses, contactando os guerrilheiros nas montanhas a quem levavam informações e víveres, recolhiam documentação que passavam para o exterior ou serviam de ligação entre o silêncio do mato, a actividade da frente clandestina e da diplomática.

A própria Indonésia deu um forte contributo para a afirmação católica dos timorenses quando, ao abrigo do conceito do *Pancasila*³³, exigiu a crença num só Deus a todos os cidadãos. Negando-se a pertencer à religião do opressor (Islamismo), a esmagadora maioria dos timorenses assumiu o catolicismo e abraçaram uma instituição que os protegeria³⁴.

Os dois bispos timorenses que se seguiram à nunciatura do português D. José Joaquim Ribeiro foram outra ‘dor de cabeça’ para o regime indonésio. D. Martinho da Costa Lopes (1977-1983) utilizou frequentemente o ambão para denunciar os massacres das tropas indonésias e a sua incapacidade (e falta de vontade) para prover às necessidades mais básicas da população, persuadindo as autoridades indonésias e o poder eclesiástico em Roma da inaceitabilidade da situação. Acabou substituído pelo Vaticano sob pressão indonésia após denunciar os massacres de Kraras, surgindo na nunciatura um bispo aparentemente mais fácil de influenciar. Mas D. Carlos Ximenes Belo manteve a linha de rumo do antecessor, vincando que o problema timorense era político e não militar e que Timor-Leste vivia sob o signo do etnocídio.

Centrados nestas duas figuras, há dois acontecimentos marcantes ainda a registar: em 1982, D. Martinho da Costa Lopes impele Xanana Gusmão a adoptar o multipartidarismo e a cessar com a ideologia marxista-leninista dentro da resistência, tema que D. Ximenes Belo

³² João Felgueiras e José Alves Martins, *Nossas Memórias de Vida em Timor*, Braga, editorial A.O., 2006.

³³ Cinco princípios, estruturados no tempo de Sukarno, que fundamentam a filosofia política do Estado Indonésio: crença em um só Deus; Nacionalismo; Humanismo; Democracia; Justiça Social.

³⁴ Entrevista de D. Basílio do Nascimento, Pedro Rosa Mendes e Alain Corbel, ob. cit.

retomará; em 1989 este escreve uma carta pessoal ao Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, pedindo a intervenção no território e a marcação de um referendo³⁵.

A visita do Papa João Paulo II é o triunfo da Igreja católica de Timor face à rapacidade, a que se associará a da Indonésia quando presenciar, estupefacta, os massacres de Santa Cruz. Depois, em 1996 a Santa Sé criou a Diocese de Baucau e D. Basílio do Nascimento foi nomeado Bispo, permitindo que se chegasse mais facilmente às regiões do interior, culminando o processo com o Nobel da Paz atribuído a D. Ximenes Belo nesse mesmo ano.

4. Timor-Leste Primeiro País Independente do Século XXI

A Indonésia perdeu politicamente a guerra porque foi incapaz de a vencer militarmente, deixando evoluir uma situação que transformou o silêncio imposto ao território num ruído ensurdecedor que a comunidade internacional não pôde ignorar. Se o fracasso militar se explica através da inacreditável incompetência operacional das ABRI e pela capacidade de luta e espírito guerreiro da resistência timorense, o desastre político entronca na forma como as populações foram tratadas. Ninguém se sustenta em território alheio fazendo das populações locais o inimigo a abater. Populações sobre quem foi exercida grande severidade, aparentando vantagens parcelares que não serviram senão para azedar os espíritos e dar nova energia ao povo.



*Movimentação da população timorense em prol da independência.
Fonte: F-FDTL.*

³⁵ Arnoles Kohen, *Por Timor. Biografia de D. Ximenes Belo*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999.

A partir de 1999, os tempos que se seguiram ao fim da luta armada entre a resistência timorense e as forças militares indonésias foram uma espécie de *dejá vue*, semelhantes ao que aconteceu em 1975. De facto, forças militares indonésias organizam contingentes timorenses pró-integração (milícias) e motivam-nos a colocar o seu próprio território a ferro e fogo. Não obstante a violência provocada por bandos armados desprovidos de regras, conceitos de cidadania e de patriotismo, prevaleceu a vontade de um povo prover os seus destinos, gravando em letras de ouro a afluência em massa às urnas de voto nesse 30 de Agosto de 1999 e a esmagadora maioria dos que escolheram o caminho da independência (78,5%). Sobressaindo, também, a disciplina das FALANTIL que engoliram acantonadas a chacina dos seus contrerrâneos em prol de um desígnio superior.

Com o caos instalado, as Nações Unidas decidem constituir uma força internacional para repor a lei e ordem, forçando a paz. A Força Internacional em Timor-Leste (INTERFET, *International Force in East Timor*) sob comando australiano entra a 20 de Setembro de 1999 em Díli, com o acordo indonésio. A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (*United Nations Transitional Administration in East Timor* – UNTAET) estabelecida pela Resolução 1272 do CSNU, em 25 de Outubro de 1999, assumiu a administração do território sob supervisão das Nações Unidas a partir de 28 de Fevereiro de 2000. A Indonésia revogou a anexação da 27.^a Província, Timor-Leste, a 19 de Outubro de 1999.

A entrada da INTERFET em Timor-Leste, forçada pelos EUA, aprovada pelas Nações Unidas e suportada militarmente pela Austrália, acontece suficientemente tarde para impedir a chacina de mais umas largas centenas de timorenses indefesos, e a tempo de limpar a face dessa ‘coisa’ imprecisa chamada comunidade internacional, repondo-se a legalidade num território que, por direito próprio, se tornou no primeiro estado independente do século XXI.